



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

064



ATA n.º 011/2016

Ata da décima sessão ordinária do ano dois mil e dezesseis da Câmara Municipal de Inácio Martins, realizada em caráter experimental às dezenove horas do dia quatro de abril. Com a presença de todos os vereadores o presidente declarou aberta a sessão e iniciando o **EXPEDIENTE** solicitou a leitura da ata número 010, da sessão do dia vinte e oito de março, que foi aprovada sem ressalvas. Em seguida solicitou a leitura dos Projetos de Leis n.º 011/2016 do executivo propondo a alteração da Lei n.º 557/2011, visando a criação de mais um cargo de cirurgião dentista, e n.º 06/2016 do Vereador Osvaldir, propondo declaração de utilidade pública para a Associação Comunitária Rural Professora Alina, da localidade de Campina Bonita, ambos encaminhados para análise das Comissões Permanentes. Encerrando o Expediente solicitou a leitura da ata da reunião de trabalhos da Comissão Especial de Investigação n.º 01/2016, deste dia quatro de abril, na qual analisaram primeiramente que o Ofício 01/2016 da CEI 01/2016 através do qual foi requerido: "a) Cópia dos procedimentos licitatórios: a1) licitação – Pregão 42/2014 – objeto: "Aquisição de medicamentos" que gerou o contrato de prestação de serviço 33/2014; a2) LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL 02/2015 – OBJETO: "Aquisição de medicamentos injetáveis; b) Cópia dos contratos decorrentes dos referidos procedimentos; c) Cópia dos pagamentos (empenho, notas fiscais) referentes aos produtos adquiridos; d) Cópia do Controle de entrada das mercadorias no Município, especialmente no Setor de Saúde; e) Cópia do Controle de saída dos medicamentos (entrega aos usuários); f) Cópia atualizada do controle de estoque de medicamentos do Município" tinha sido protocolado junto ao Prefeito Municipal na data de vinte e dois de março de dois mil e dezesseis, conforme o artigo 31, § 4º, da Lei Orgânica Municipal, que compete a Comissão a fixação do prazo para prestação das informações, e assim, baseada no que dispõe o artigo 54, XVIII, concedeu-se o prazo de cinco dias para apresentação dos documentos pelo Prefeito Municipal. Ocorrendo que, analisado neste dia não se constatando a apresentação dos documentos requeridos e nem mesmo qualquer pedido de dilação de prazo, o qual havia se esgotado em 31.03.2016, desconsiderado o ponto facultativo municipal em 24.03.2016 e o feriado nacional de 25.03.2016. Assim, entenderam que, extrapolado o prazo houve descumprimento da legislação pertinente e decidiram assim, que fosse oficiada a Mesa Diretora dessa Casa de Leis sobre o descumprimento do ofício mencionado e do prazo estabelecido, para que tomasse as medidas que se entender necessárias, destacando que os documentos eram imprescindíveis para a conclusão dos trabalhos, e que o não envio dos mesmos configurava infração político-administrativa nos termos do Decreto Lei 201/67, sujeita a processo de cassação de mandato mediante Denúncia. Passado ao uso da **TRIBUNA** o Vereador **OSVALDIR** usou a palavra para dizer que de certa forma ficava bastante contente em verificar que pela primeira vez na sua história como vereador se pronunciaria a um plenário cheio sem analisar o mérito de porque estas pessoas estariam na casa nesta noite. Disse que estavam atravessando um período no município certamente difícil do ponto de vista de tudo aquilo apresentado neste dia; das discussões que aconteceram na casa nas sessões



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

065

RP

que antecederam a esta; que tinham alguns pedidos de investigação da população; estavam trabalhando mais do que nunca naquilo que era dever e obrigação dos vereadores e de forma alguma estaria reclamando dos trabalhos porque agora sim estavam exercendo a função de vereadores, fiscalizando e trazendo clareza nos atos obscuros da administração municipal. Nesse sentido se dirigiu a os professores presente na sessão porque na sexta feira, em seu programa de rádio, o prefeito havia se manifestado de uma forma que considerava incorreta ao dizer que os projetos que beneficiariam o magistério municipal não tinham sido votados e estavam parados na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, presidida por sua pessoa, dizendo que gostaria que o prefeito tomasse conhecimento de que há alguns anos as reuniões das comissões da casa eram realizadas de forma conjunta e há muito tempo esta comissão não fazia reunião em separado e todos os vereadores eram testemunhas disso. Comentou que na sessão passada na reunião das comissões, analisando os dois projetos do magistério municipal e atendendo a reivindicação da organização dos professores, decidiram pela retirada da pauta em comum acordo com todos os vereadores para que o Vereador Laureci, como sendo da base do prefeito, pudesse levar as reivindicações que na hora da discussão do projeto neste dia deixariam claro, e apenas queria fazer este aquecimento para as discussões dizendo que não era dessa forma que o prefeito deveria conduzir as coisas no município, pois parecia que não tinha sido vereador durante um ano e não entendia o funcionamento da casa; não atendia os prazos constitucionais para encaminhar documentos; que estava perdendo um tempo precioso atacando vereadores sem motivo, quando poderia dedicar esse tempo para fazer que sua administração fosse eficiente e desse resultados para toda a população, e para que cumprisse com seus objetivos, aqueles que durante a campanha trouxe a tona dizendo que o município seria melhor se fosse governado por ele e por sua equipe. Disse que apesar de tudo isso estavam amadurecendo como vereadores no encaminhamento das questões políticas e a população estava entendendo que não era com ameaças que o prefeito iria conseguir retirar da população os seus direitos de cobrar dos vereadores e da administração municipal um resultado mais efetivo, sendo isso o que queriam. O Vereador **JORGE BOEIRA** concordando com o Vereador Osvaldir disse que era realmente um descaso o que estava acontecendo com o município pela atual administração, pois viam nas propostas de campanha promessas que seria uma administração transparente em conjunto com os anseios da população mas o que podiam ver era totalmente a contra mão de suas promessas diante da sociedade e da população. Lembrou que na última sessão tinha trazido a tona o desrespeito do executivo com o legislativo por não responder ofícios dos vereadores pedindo informações e materiais para poderem averiguar situações e trabalharem vendo se estava sendo correta a aplicação de todos os procedimentos dentro dos prazos das licitações e como estavam sendo feitos, mas para suas surpresas não eram respondidos, por isso hoje estava formada a comissão que investigava licitações sobre medicamentos, quando sua pessoa também não havia sido respondida e neste dia desrespeitava também uma comissão da casa, esta sobre os medicamentos Galvus e alguns outros junto as Farmácias 3000, onde viam que o prefeito não estava nem aí para essa comissão, sendo



uma improbidade administrativa gravíssima. Afirmou que para quem ia até um programa de rádio falar que não tinha nada a esconder, também não tinha nada a mostrar, ficava tudo às escuras para os vereadores e para os cidadãos martinenses; se não respondia a um vereador e a uma comissão qual seria a transparência do executivo junto à população martinense questionando onde estaria a transparência com a sociedade, sendo a transparência uma das leis que era obrigado a cumprir e que a transparência não existia da parte do atual executivo municipal, o que lhe deixava triste em pensar que aquilo que pensavam, supostamente, era verdade, e quando falava em plenário muitas vezes que tinha irregularidades o prefeito dizia que era oposição política, mas queria apenas fazer as coisas certas atendendo o anseio da população, com transparência nos atos de onde estaria sendo aplicado o dinheiro público, e poderiam ver nos próximos dias mais uma Comissão Processante pedindo o impeachment do prefeito, a segunda em uma gestão por improbidade administrativa. Comentou ainda que nesse dia discutiriam a retirada de alguns itens importantes pela Comissão Processante, por isso era importante a presença dos cidadãos neste dia. O Vereador **LAURECI** comentou sobre um tumulto ocorrido na tarde deste dia, em relação à documentação que o prefeito deveria ter encaminhado para a CEI dos medicamentos, esclarecendo que tais documentos teriam sido protocolados neste dia, mas a Comissão, dentro das normas regimentais não os recebeu, dizendo que comentava isso apenas para deixar claro que os documentos haviam chegado, porém atrasados, e seguindo o regimento a comissão não teria como receber. Sobre o projeto de lei 011/2016 recebido neste dia, sobre a contratação de um profissional dentista comentou que seria para fazer a cobertura da região que se estende de Cachoeira a Rio Claro, e conversando com o executivo durante a semana o mesmo lhe repassava que uma profissional que fazia deste trabalho estava afastada por motivo de doença há algum tempo e pela necessidade o projeto teria vindo para a contratação deste profissional, aproveitando para pedir o apoio dos pares na aprovação do mesmo. Comentou ainda que no dia doze de abril aconteceria a licitação para a obra de pavimentação asfáltica das ruas da cidade. O Vereador **VALDIR CABRAL** destacou a importância deste local construído pela atual legislatura para proporcionar mais conforto ao público, conforme podiam ver neste dia. Como presidente da CEI dos medicamentos também comentou que a solicitação dos documentos citados pelo Vereador Laurici tinha sido feita dentro dos prazos e o prazo para entrega dos mesmos havia encerrado na última sexta-feira, isso ainda considerando um dia de ponto facultativo na semana de páscoa e em reunião com a comissão, conforme a ata lida durante o expediente, decidiram em não receber a documentação devido ao prazo ter expirado, complementando que a partir deste dia estariam tomando as decisões na forma regimental. Também disse que após a reunião da comissão foi recebida a documentação, protocolada na secretaria da casa dentro das normas, mas para a comissão o prazo já havia encerrado, e mesmo assim o prefeito e sua assessoria tentaram convencer de que aceitassem os documentos dizendo que um dia a mais ou um dia a menos não alteraria em nada, e numa linguagem popular disse que em questões particulares até poderiam considerar mas neste caso abrir mão de prazos dentro de um trabalho que deveria ser muito delicado e respeitados os prazos estariam



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

007

hp

também incorrendo em uma grande irregularidade. Complementou falando que da parte da CPI dos Galvus, como estava sendo chamada esta comissão, estavam declarando encerrados os trabalhos por falta de documentos e a partir dessa data deveriam ser prosseguidos os trabalhos conforme a casa. Quanto à Comissão Processante que também faz parte fez referência a uma publicação do Jornal Folha de Irati colocando dúvidas em sua postura como vereador membro da comissão, assinada pelo jornalista Nilton Pabis do qual disse ter um grande respeito, fazendo um comentário de que se manifestava e dizia ter um grupo político contra o prefeito, mas sua atuação e sua postura eram diferentes, esclarecendo que a sua postura de apoio era em favor do município de Inácio Martins e não para o prefeito. Na **ORDEM DO DIA** constaram em primeiro turno de votação os projetos de leis número 06/2016 estabelecendo o piso salarial do magistério municipal em R\$ 2.135,64 (dois mil, cento e trinta e cinco reais e sessenta e quatro centavos) para uma jornada de trabalho de quarenta horas semanais. Na discussão o Vereador Osvaldir comentou que a lei era uma regulamentação da lei federal que corrigiu o piso nacional em 11,36% e no município o executivo estava propondo a aplicação desta lei somente para os níveis iniciais da carreira; que a APP Sindicato tinha feito uma reunião com o executivo da qual tinha participado, em que questionavam a aplicação desse índice somente para o nível inicial, ou seja, a reivindicação dos professores era para que esse índice fosse para todos os níveis para que não ocorresse com o passar dos anos um achatamento na tabela de vencimentos, e neste dia, para embasar esta discussão, entrou no portal da transparência do município para verificar os salários dos professores municipais e verificou que a grande maioria estava ganhando próximo do piso, e que com o tempo ao aplicarem somente a correção da inflação ou menos que isso, todos estariam ganhando somente o piso, pois as correções dessa forma vinham comendo os salários dos que já estavam em níveis superiores. Falou que nesse sentido, na reunião das comissões da segunda feira anterior, atendendo a uma solicitação da categoria, se propôs a apresentar uma emenda, mesmo sabendo que teria vício de origem, mas para gerar a discussão com o prefeito foi solicitado que fizesse isso, e na conversa com os vereadores chegaram à conclusão de que isso poderia gerar um transtorno maior ainda, pois o prefeito poderia vetar essa emenda então, em acordo, sugeriram uma conversa de uma comissão de vereadores com o prefeito para tentar convencê-lo a implantar a aplicação do índice de 11,36% para todos os níveis do magistério municipal, pois o município estava propondo e veriam no próximo projeto, a correção de 10,5 % referente à inflação, e assim a aplicação do piso daria apenas uma diferença de 0,86% para toda a categoria, e isso não daria um impacto significativo na folha. Falou que nesse sentido é que pediram essa conversa com o prefeito e assim pediu ao Vereador Laurici que havia ficado encarregado disso junto ao prefeito, que repassasse para todos o resultado dessa conversa. O Vereador Laurici comentou que nessa conversa, para a qual também convidou outros vereadores a participar, o prefeito lhe disse que no momento não teria condições de repassar os 11,36% e que o projeto deveria ser votado dessa forma, até porque tinham prazo para isso, e a partir disso convidou o prefeito para que viesse até a reunião das Comissões neste dia, o qual havia se colocado a disposição junto com a contadora do município, mas não haveria



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

068

CR

mudanças no projeto, e como não aconteceu a reunião das comissões neste dia não houve essa participação, falando isso para deixar claro que tinha feito o que havia ficado incumbido de fazer. O Vereador Osvaldir ainda complementou que durante a tarde após receberem essa informação, conversando com os pares acharam melhor nem ouvir o prefeito ou as suas justificativas, pois também estava claro que o mesmo não tinha uma política de valorização do magistério; no ano passado já havia acontecido a mesma coisa e a única vantagem foi que o prefeito havia desmembrado o projeto do magistério dos demais servidores pois o prejuízo das outras categorias poderia ser ainda maior, deixando claro que o achatamento salarial estava ocorrendo também em todas as categorias de servidores o que podia ser verificado na tabela de vencimentos. O Vereador Sidnei complementou sobre a desculpa do prefeito onde o mesmo estaria dizendo que o projeto estava nas comissões e os vereadores estavam o segurando para não votar, o que já seria uma desculpa do executivo, pois como o próprio Vereador Laurici havia comentado não teria conversas sobre o projeto, e assim decidiram colocar o mesmo em votação neste dia. Com todos os votos favoráveis foi aprovado em primeiro turno. Também em primeiro turno o Projeto n.º 010/2016 referente a reposição salarial aos servidores do magistério municipal no índice de 10,5 % a serem pagos sobre os salários de março, julho e novembro de 2016, referente à inflação de 2015. Na discussão o Vereador Osvaldir falou com relação ao projeto dizendo ser a correção da inflação e que deveria ser paga aos professores retroativo ao mês de março. Lembrou que no dia dezessete de março houve uma manifestação da categoria e nessa manifestação estavam propondo também a negociação desse índice, para que fosse pago pelo menos retroativo a janeiro, pois da forma parcelada, conforme o proposto, os servidores estariam tendo um prejuízo em média de setecentos reais, para quem recebia um salário em torno de mil reais, e essa negociação deveria existir para que fosse pago os valores retroativos e estavam aguardando o impacto orçamentário que a APP havia solicitado para verificar se o que o prefeito falava, de que não podia pagar a correção, tinha fundamento ou não, pois ao mesmo tempo em que dizia que não poderia pagar as correções propunha também o aumento no número de vagas e de cargos comissionados, questionando se não poderia mesmo ou seria uma política de desvalorização dos servidores municipais. Em votação também recebeu todos os votos favoráveis sendo declarado aprovado em primeiro turno. Concluídas as votações dos projetos de leis foi iniciado o processo de votação do Parecer da Comissão Processante 01/2016. Neste momento foi informado ao plenário que, considerando o requerimento apresentado pelo prefeito municipal, o qual solicitava que o presidente da casa declarasse impedidos de votar no processo os Vereadores Jorge Ferreira de Almeida, Osvaldir Nunes Pereira e Sidnei Lopes, membros da Comissão Especial de Investigação que resultou nas denúncias ora analisadas pela Comissão Processante, o mesmo havia sido indeferido pela presidência, havendo entendimento de que não havia previsão legal que impedisse os vereadores citados de votarem o parecer prévio. Nos termos do artigo 365, inciso VI, alínea "f", do Regimento Interno, e artigo 60, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, esclareceu que para facilitar a votação do Parecer a mesma seria feita em forma de itens, sendo votados apenas os itens



K2

que apontavam o arquivamento da denúncia. Informou que primeiramente seria feita a leitura do item a ser votado com a sua fundamentação, de acordo com o apontamento pelo arquivamento da denúncia, sendo os itens: **b)** Contratação em Descumprimento à Lei - Quadro de Sócio Parente de Servidor; **d)** Licitações 53 e 60/2014 referentes à construção de pontes afetadas por eventos climáticos; **e)** Tomada de Preços 22/2014, reforma da Unidade de Saúde Central. Posteriormente abriu a discussão aos vereadores, de forma individual, e após a discussão de cada item colocou os mesmos em votação explicando ao público presente que o voto favorável significa a concordância com o apontamento da comissão no arquivamento, e o voto contrário significava rejeição à decisão, onde prevaleceria a decisão da maioria absoluta, ou seja, cinco votos, considerado o voto do presidente, nos termos do artigo 26, inciso II, letra "j", item 02 do Regimento da casa. Iniciada a votação pelo item "**b**" do relatório o mesmo recebeu os votos contrário dos Vereadores Jorge ferreira de Almeida, Gilnelson, Sidnei Lopes e Osvladir, e favoráveis dos Vereadores Rita Taborda,; Valdir Cabral da Silva; Joao Artur Almeida Cavassin, Laurici José de Oliveira e Kleverson Perussolo. Os itens "d" e "e" tiveram o parecer rejeitado tendo ambos recebido os votos favoráveis apenas dos membros da Comissão Processante Vereadores João Artur, Laurici e Valdir Cabral. Considerando o resultado das votações o presidente declarou APROVADO o Parecer Prévio da Comissão Processante em seu item "b" determinando o arquivamento das denúncias em relação a este item, e REJEITADO o parecer quanto aos itens "d" e "e", determinando que a Comissão desse início à instrução do processo quanto aos itens "a; c; d; e", nos termos do artigo 365, alínea "g" do Regimento Interno, declarando encerra a Ordem do Dia desta sessão. Conforme decisão da Mesa Diretora após a sessão, referente às discussões durante o processo de votação do Parecer da Comissão Processante, ficou definido que a gravação seria convertida em mídia eletrônica, ficando a disposição dos vereadores. Na **EXPLICAÇÃO PESSOAL** o Vereador **OSVALDIR** falou que estava bastante satisfeito com o andamento dos trabalhos neste dia, não cem por cento mas com um grande avanço no que estava sendo proposto e que acreditava muito no trabalho da comissão processante e que dariam continuidade de forma imparcial aos dois itens que conseguiram incluir de volta na comissão, por conhecer a cada membro da comissão e saber da seriedade do trabalho dos mesmos e ficava bastante feliz também pela participação do público nesta importante e histórica reunião, o que mostrou um amadurecimento político de todos, sendo o que tinha que acontecer. Falou que achava bem providencial uma faixa colocada durante a reunião que dizia que o tempo de se varrer a sujeira para debaixo do tapete já havia passado em todos os níveis; a população devia se manifestar; os vereadores e o prefeito cumprirem com seus papéis; que nada era pessoal; os pronunciamentos favoráveis ou contrários eram contra o prefeito ou sua família, e sim contra ou a favor do gestor público; com os vereadores tinham um bom relacionamento e acreditava que de forma nenhuma estavam aqui para se confrontarem ou fazer divisões dentro da casa, e assim achava que todos comungavam da mesma idéia, que o importante era o resultado dos trabalhos e mais do que esse resultado, o processo de discussão e participação da comunidade, porque assim iriam amadurecendo. Encerrou



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

070

Kh

agradecendo a todos que estavam presentes pedindo que Deus lhes iluminasse para continuarem nessa luta um pouco inglória, mas que valeria a pena se lá na frente toda a população recebesse os resultados desse trabalho que estavam fazendo. O Vereador **JOÃO ARTUR** também falou que as discussões eram necessárias e estavam aqui para discutir. Agradeceu as palavras do Vereador Osvaldir quando falou em seriedade da comissão dizendo que tinha certeza que voltaram na estaca zero nestes itens, mas iriam arregaçar as mangas e trabalhar; rever conceitos e ouvir testemunhas nas oitivas finais. Falou que em momentos como este as pessoas se exaltavam como aconteceu neste dia em que não havia recebido nenhum aplauso por ser contrário ao entendimento do povo, mas isso fazia parte da democracia, e assim falou aos presentes com toda seriedade e respeito à população de Inácio Martins, a esta casa de leis e ao prefeito, pois não era porque estava sendo julgado que deveria ser desrespeitado como pessoa, pois o que estavam falando era sobre atos da administração; era muito amigo do prefeito e de sua família, e que palavras quando chegam até as pessoas machucam muito mais do que muitos tapas, palavras colocadas em meios de comunicação machucam as pessoas e deviam ser muitas vezes pensadas antes de serem faladas, por isso não conseguia engolir o que tinha falado até o momento, e por isso as palavras precisavam ser repensadas, pois não estavam falando da pessoa do prefeito e sim dos atos da administração, e nisso é que a comissão daria prosseguimento dentro dos tramites legais. O Vereador **SIDNEI LOPES** comentou que na semana anterior participaram junto com os Vereadores Valdir Cabral e Osvaldir na discussão sobre a segurança pública no meio rural com a presença da delegada de Irati mais um policial civil, e na sua fala solicitou a estrutura da policia militar e da delegacia local, a qual infelizmente sequer tem internet, e também pediram o retorno da patrulha rural que ficou por algum tempo no município, retornou para Irati e não veio mais; que lembrava da fala do Vereador Valdir Cabral que deveriam usar o poder que o ex- deputado e hoje secretário de estado Artagão Junior tinha junto ao governo do estado, e não quis falar no momento pois a hora era imprópria, mas quando presidente da casa na solenidade de entrega de uma viatura fez a solicitação ao mesmo e também ao Major Taborda, para que disponibilizassem mais efetivo para Inácio Martins e a resposta foi de que este município teria mais efetivo do que qualquer outro município de maior porte, sendo infelizmente essa a resposta que teve do major e do deputado onde ficou sem palavras pois não sabia das necessidades de outros municípios, e não resultou em nada o seu pedido. Sobre a nova Comissão de Investigação formada pelos Vereadores Gilnelson, Valdir e Osvaldir, disse que agora passariam o que já tinham passado na outra comissão, dizendo que gostaria de saber se mudaria o alvo, porque junto com os vereadores Jorge e Osvaldir foram massacrados pelo prefeito nas redes sociais, na rádio e em todos os lugares, falando isso para deixar os vereadores preparados, pois deveriam levar pancadas também com a abertura de uma nova comissão processante por desrespeito aos vereadores; não cumpriram o prazo e ainda ficavam bravos com os vereadores parecendo que tinham mais o que fazer do que ficar mandando documentação para o legislativo. Comentou uma frase que leu e achou interessante dizendo "esse governo tem poder, mas infelizmente não decola" acreditando que aqui também fosse tarde demais para



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

071

128

decolar. A Vereadora **RITA TABORDA** disse que estava se pronunciando, pois voltava de um afastamento devido a uma cirurgia e após ter ouvido os colegas membros da Comissão Processante e da CEI falou que mesmo sendo da base do prefeito estava vendo o benefício do povo, então, estava dando a oportunidade para que o prefeito pudesse explicar melhor alguns pontos que foram comentados e lhes dissesse melhor o que aconteceu de fato, sendo a oportunidade de se explicar. Disse também que no momento não tinha a intenção de se recandidatar e independente dessa decisão foi eleita para isso, para ver a necessidade real do povo e não estaria fazendo campanha política nenhuma; que achava injusto ficar afastada por um tempo e não ouvir os dois lados e apenas gostaria que a Comissão quando fosse investigar pontes e posto de saúde chamasse um técnico para constatar o que houve o que já deveria ter acontecido, mas mesmo atrasado deveria acontecer. Falou que havia conversado com o executivo e com relação aos documentos que chegaram neste dia e já deveriam ter vindos realmente falaram que atrasaram devido a questões que envolviam também a secretaria de saúde e tesouraria, o que demandaria mais tempo; que eram muitas páginas em um CD para leitura, mas mandaram; que achava que uma Comissão Processante seria um pouco demais, e se fosse o caso deveria ter uma explicação pessoal. O Vereador **JORGE BOEIRA** contou que na semana anterior tinha concedido uma entrevista a alunos do Colégio Parigot de Souza que lhe perguntaram o que os vereadores estavam fazendo para a geração de empregos quando falou que não dependia dos vereadores e sim do executivo através da Secretaria de Indústria e Comércio tomar uma posição e começar a fazer, e que o legislativo estava aqui para ajudar, mas não lembrava em propostas de vereadores falarem que trariam empresas e que a administração anterior não fazia pois eram só os empresários que faziam parte e hoje o que podiam ver era que não trouxeram nada e não tinha nenhuma ação para gerar empregos no município, e ainda falou nesta entrevista que a melhor forma de conseguir gerar empregos seria um incentivo as micro e pequenas empresas; que podia parecer pouco gerar dez empregos mas se tivessem vinte ou trinta empresas gerando esse número de empregos muitos funcionários diretos e indiretos teriam a mais no município, por isso considerava que faltava mesmo ações e decisões. Quanto à continuidade dos trabalhos da Comissão Processante disse que sabia sim da competência de seus membros, e dirigindo-se à Vereadora Rita disse que em alguns aspectos não dependeria de laudos técnicos, pois havia ficado confirmado irregularidades, e quando solicitou cópias do processo licitatório da obra do posto de saúde não foi respondido pelo prefeito e quando foi respondido lhe disse que o vereador precisaria pagar pelas cópias dos processos licitatórios, o que ocasionou o início de toda essa investigação que acabou onde estava. Falou sobre os atos do prefeito tentando impedir por duas vezes os vereadores membros da Comissão de Investigação de votarem neste processo, não sabendo onde encontrou isso, tentar impedir vereadores eleitos pelo povo para fiscalizar e serem impedidos de votar, esclarecendo que falava isso em seu relatório de defesa e também na sexta feira anterior através de um pedido enviado ao presidente da casa, mas não via o porquê desse impedimento. O Vereador **LAURECI** também falou sobre a continuação da processante dizendo que o gostaria de deixar claro era que iriam continuar com



os trabalhos, agora com quatro itens para trabalhar, e com certeza fariam um trabalho pautado na verdade e na ética, chamando as pessoas para ouvir novamente se fosse o caso, enfim, para que pudessem elaborar o relatório para ser votado no final da processante. Fez um convite para a reunião do Conselho de Segurança no dia sete de abril, às seis da tarde, no auditório da prefeitura, e para concluir falou ao Vereador Jorge sobre o comentário a respeito do impedimento dos vereadores membros da CEI votarem no relatório da Comissão Processante para dizer que se isso fosse um meio legal o prefeito e sua equipe deveriam procurar para que a lei fosse cumprida, e se no entendimento da justiça o prefeito estivesse correto não seriam os membros da mesa nem o presidente que decidiriam se os vereadores votariam ou não. O Vereador **VALDIR CABRAL** falou que diante do pronunciamento do Vereador Sidnei da reunião sobre segurança, principalmente no interior que era preocupante, tinha evoluído e sido o primeiro passo por isso procurava participar e somar, e quando sugeriu falar com o ex deputado e atual Secretário da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Artagão de Mattos Leão Junior, foi porque o mesmo tinha um respeito pelo município e uma grande responsabilidade por Inácio Martins por ter sido o deputado estadual mais votado, e que dentro das necessidades deveriam usar bem isso, ainda mais neste momento em que o secretário estava somando junto ao PSB, partido do Vereador Sidnei, falando também que o vereador lhe trouxe boas lembranças das conquistas que teve para o município enquanto esteve a frente do executivo e conseguiu a viatura comentada, dizendo que tinham pronunciamentos que lhe aborrecia, mas também fatos que lhe alegravam. Disse que também lhe alegrava o pronunciamento do Vereador Jorge sobre a área de geração de emprego, também fazendo referências sobre o seu período frente ao executivo na presença de seu secretário de Indústria e Comércio Gilberto Belo, ao qual também agradeceu o apoio, lembrando que nesse período solicitou ao mesmo que atendesse aos pequenos empresários e pessoas que quisessem formalizar seus pequenos negócios não dando muita atenção aos grandes, pois estes tinham como se virar e isso lhe trazia alegria pois tinha números em sua administração de que tinha evoluído em todas as áreas, principalmente nesta área de geração de emprego que não teve aquele reflexo mas a qualificação de mão de obra e que o lema de sua administração era a valorização do povo martinense e dos valores da terra como a matéria prima. Falou as pessoas presentes sobre a grandeza do processo, pois o debate existia e tinha dos presentes porque votar sim se era voto vencido, mas tinha conhecimento da posição de cada um no voto e não seria o discurso, a manifestação nem a pressão que mudariam o seu voto; que respeitava a decisão da maioria que optou pela continuidade desses itens dizendo que isso só fortalecia a comissão para aprofundar o trabalho pedindo perícias técnicas e prazo, isso claro com o apoio dos vereadores e do público presente, o que lhes dava mais apoio, somava mais e fortalecia a comissão que já tinha optado pela continuidade sendo importante que tivessem essa tranquilidade. Encerrou falando que sempre procurava trabalhar e participar das audiências públicas e das manifestações atendendo a população; das reuniões das comissões sobre as votações; que desde o início do mandato do prefeito Marino quanto às coisas que não achava certo se manifestava alertando e avisando na Tribuna



KR

ou pessoalmente para que não chegasse a esse momento; que muitas coisas corrigiu e outras não pode corrigir, e como sempre falava sua política não era do quanto pior melhor e sim dos grandes benefícios, inclusive neste dia durante a tarde nessa polêmica de recebe ou não recebe a defesa, ao conversar com o prefeito partiu para a parte boa informando que existia uma empresa interessada em contribuir na melhoria de algumas estradas e pontes deixando até o telefone dessa pessoa, dizendo que trabalhava mais ou menos assim e esperava que toda essa polêmica e esse momento não afetasse o andamento das coisas boas para Inácio Martins, mas não deviam afrouxar em nenhum momento, e sempre zelar pelo bom andamento. Agradeceu a todos os presentes e aos pares dizendo que não se desculparia, e as suas palavras e sua forma de votar não era com desculpas que iria mudar alguma coisa e seria assim sempre, mas era importante a presença de todos na sessão. Ao final o presidente comentou que mais uma vez estava muito contente em ver a casa lotada e pediu que o público sempre viesse acompanhar os trabalhos do Poder Legislativo o que era muito importante para o povo conhecer os trabalhos, os projetos que aprovavam e os projetos que os vereadores apresentavam. A respeito do voto aberto disse que era muito importante, pois já havia participado de uma Comissão Processante em seu mandato anterior onde o voto era secreto e com o voto aberto era muito mais importante, pois cada um pensava da melhor maneira antes do voto; que sabia do perfil de cada vereador e confiava em todos os membros dessa Câmara, todos com o pensamento em prol do povo e do município; todos pessoas transparentes e de boa índole, e declarou novamente que ficava muito contente em ser o presidente da casa junto com estes vereadores, sendo para si um grande orgulho. Nada mais havendo a ser tratado declarou encerrada a sessão convocando a próxima sessão ordinária para o dia onze de abril, excepcionalmente às dezenove horas, ficando lavrada a presente Ata que após lida e achada de conformidade foi assinada pelos vereadores presentes.